

Confederações indígenas em luta por participação política, comercial e territorial: Argentina, 1852-1859¹

Gabriel PASSETTI*

Resumo: Entre 1852 e 1859, a atual Argentina se encontrava politicamente dividida entre Buenos Aires e a Confederação, que congregava as demais Províncias. Nesse período, diferentes grupos étnicos dos pampas, dos Andes e da Patagônia se organizaram em confederações indígenas com o objetivo de enfrentar os avanços territoriais, defender suas autonomias e a participação em lucrativas redes de comércio. Nesta luta por autonomia política, territorial e comercial, negociaram com os grupos *criollos* em luta pelo poder, avaliaram seus projetos e aderiram a aquele que os reconheceu enquanto interlocutores políticos e aliados militares. Participantes ativos da política argentina, conseguiram reconquistar territórios e oferecer intensas resistências aos *criollos*.

Palavras-chave: Argentina; Participação política indígena; Juan Calfucurá.

Apresentação

Este artigo procura analisar as tensas relações entre indígenas e *criollos* nas zonas de contato² de fronteira do sul da Argentina no período do cisma político entre a Confederação Argentina e o Estado de Buenos Aires, entre 1852 e 1859. Em um período de intensas disputas políticas e militares entre os *criollos*, indígenas organizados em confederações procuraram

* Doutorando em História Social – Programa de Pós-graduação em História – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas – Universidade de São Paulo – USP – 05508-900 – São Paulo – SP – Brasil. Bolsista FAPESP. E-mail: passetti@klepsidra.net

identificar os projetos político-sociais em disputa e se aliar a aquele que supunham se aproximar de suas metas de defesa territorial, autonomia comercial e aquisição de técnicas agrícolas ocidentais. Entre os grupos beligerantes *criollos*, houve movimentos de aproximação em busca de alianças com estas forças indígenas. Através da negociação política e da pressão militar, foram confrontados distintos projetos para a inserção dos nativos na sociedade *criolla* argentina.

A documentação manuscrita analisada está localizada no Archivo Histórico de Córdoba (AHC), no Servicio Histórico del Ejército (SHE) e no Archivo General de la Nación (AGN).

Os indígenas e uma linha de fronteira herdada do período colonial

Durante o período colonial, a expansão territorial hispânica no extremo sul da América se deu em um eixo entre o porto de Buenos Aires, as regiões mineradoras do Peru e as agrícolas do Chile. Foram ocupados os territórios ao norte do arco constituído pelas cidades de Buenos Aires, Córdoba, San Luis, Mendoza e Santiago e estabelecida uma linha de fronteira defendida por fortes e *fortines* que separava os territórios *criollos* de uma zona indígena livre ao sul, nos pampas e na Patagônia, e outra ao norte, no Chaco.

A região próxima a Buenos Aires³ era habitada pela etnia Pampa, e as zonas ao sul eram dominadas pelos Tehuelche. No Andes, viviam os Pehuenche e, na Patagônia e na Terra do Fogo, os Ona e Selk'Nam. Estes povos praticavam a agricultura e a pecuária e produziam artesanato com prata, pedras, madeira e tecidos, tanto para o consumo familiar, quanto para trocas inter-étnicas e comércio com os *criollos*. Através dos séculos, estabeleceram-se importantes contatos e redes comerciais e os nativos conseguiam diversos produtos de origem europeia ou de regiões distantes da América do Sul, como objetos metálicos, papéis, aguardente e tabaco, entre outros. Indígenas e *criollos* trocavam não apenas produtos, mas também idéias, costumes e

doenças em teias de circulação que abrangiam desde Buenos Aires até o Chile⁴.

Estes indígenas sofreram, com maior ou menor intensidade, a influência da chegada das manadas de cavalos e bois sobreviventes de tentativas frustradas de colonização no século XVI, o chamado *gado cimarrón*. Eles logo aprenderam a domar os eqüinos e substituíram gradativamente a caça dos guanacos⁵ e das rápidas emas pelos lentos bovinos. A adoção do cavalo gerou profundas transformações nos padrões de caça, guerra e comércio, pois possibilitou a ampliação da velocidade na locomoção, de sua área de atuação, inseriu novos alimentos – os próprios eqüinos eram consumidos –, fontes para o artesanato (couros, crinas, tendões e ossos), uma nova moeda de troca e transformou ritos e crenças⁶.

A fatura de terras e animais nos pampas e as constantes ameaças da beligerância na região da Araucania chilena incentivaram o movimento migratório para os pampas e, gradativamente, se estabeleceram importantes relações comerciais e de parentesco entre os indígenas dos dois lados da Cordilheira dos Andes. Denominados genericamente por araucanos, os indígenas do sul do Chile possuíam características culturais, sociais e políticas comuns, mas também divisões internas baseadas em suas localizações geográficas. Entre os principais grupos envolvidos com a Argentina, destacam-se os Mapuche (no idioma local, “povo da terra”), que viviam entre os rios Noble e Imperial. Ao sul daquele rio, estavam os Huilliche (“povo do sul”) e, nos Andes, os Pehuenche (“povo da terra dos pinhões”).

A unidade étnica dos povos da Araucania foi cunhada pelos espanhóis a partir dos movimentos de resistência indígena da região, tradicionais desde as tentativas os tempos das resistências à expansão do Império Inca. Algumas das características culturais que possibilitaram a identificação de uma cultura araucana foram a divisão de trabalhos masculinos – comércio, criação de lhamas, caça de guanacos, emas, aves e pumas, além do extrativismo – e femininos – agricultura de

milho, pastoreio de eqüinos, bovinos e ovinos, artesanato e criação dos filhos.

Os araucanos possuíam uma complexa organização étnica, baseada em pequenos caciques familiares que reconheciam a importância de um determinado chefe indígena, denominado *toqui*, autorizado a negociar com outros grupos a guerra e a paz. Entre eles, era constante o rapto de mulheres, responsável pela perpetuação da comunidade e pelo estabelecimento de alianças com vizinhos.

Nos momentos em que eram decididas as ações de guerra ou as invasões às unidades pecuaristas, havia uma reunião de caciques – denominada pelos espanhóis de *parlamento* – no qual se discutiam estratégias, datas e locais de ataque. Ainda assim, a decisão coletiva não se sobrepunha aos interesses e objetivos dos pequenos grupos familiares. Procurava-se, em geral, um consenso que unia a maioria, mas durante as batalhas ou invasões, era possível e provável que alguns caciques mudassem de estratégia por já terem alcançado seus próprios objetivos – como o rapto de mulheres, por exemplo⁷. O sistema político-militar indígena se adaptou e assimilou estratégias e hierarquias *criollas*, mas também dependeu de acordos sociais e objetivos comuns tradicionais às culturas araucanas.

Durante o século XVIII, a crescente migração araucana aos pampas e à região andina de Mendoza transformou as sociedades indígenas⁸. Tanto os Pampa e os Tehuelche, quanto os migrantes da Araucania domavam os cavalos. As invasões às zonas *criollas*, no Chile, estavam baseadas em estratégias político-militares de defesa territorial, reposição demográfica – com o rapto de mulheres e crianças – e material das etnias saturadas pela constante guerra com os colonos. Já os grupos que povoavam os pampas, caçavam o *cimarrón* para sustento próprio e para fornecê-lo aos mercados chileno e portenho.

Após gerações de migrantes e uma constante e intencional miscigenação, consolidou-se uma nova cultura indígena na fronteira sul do Império Colonial Espanhol⁹, caracterizada pela generalização do Mapundungun, o idioma araucano, do uso extensivo de suas técnicas têxteis e rituais religiosos. A

centralização política araucana, o uso intenso dos eqüinos, o padrão caçador Tehuelche e suas estratégias comerciais marcaram as novas relações entre indígenas e *criollos*.

Os governantes da Capitania do Chile e do Vice-Reino do Rio da Prata se preocuparam e discutiram como lidar com milhares de indígenas em constante movimentação, com intensas relações sociais e comerciais e hostis às investidas para seu controle. Aos chilenos, preocupava especialmente o esforço de resistência dos povos da Araucania e o controle das mais importantes e fáceis passagens da Cordilheira. Já aos rioplatenses, afligia as disputas entre nativos e *criollos* pela caça ao gado *cimarrón* e os eventuais roubos de gado criado nas estâncias.

Na virada do século XVIII para o XIX, discutiu-se soluções para o que se entendia como “o problema indígena”, destacando-se duas propostas¹⁰. A primeira se baseava no convívio pacífico com alguns caciques – envolvendo o envio de missionários católicos – acompanhado de ataques a outros indígenas. A segunda propunha o abandono da diplomacia e o emprego de estratégias militares, defensivas e/ou ofensivas.

Centralização política e oposição ao projeto portenho

Durante o processo de independência política da Espanha, a Argentina contava, segundo Carlos Martinez Sarasola¹¹, com aproximadamente 600.000 habitantes, sendo 100.000 *criollos*, 200.000 mestiços, 100.000 africanos e 200.000 indígenas. Em um contexto de crescimento da demanda por terras e aumento populacional nos pampas, a tensão e os combates na zona de contato da fronteira sul cresceram e as mortes vieram em quantidade proporcional nos dois lados.

Neste período, os diferentes grupos indígenas e os colonos do rio da Prata e do Chile – chamados respectivamente de *pulperos* e *conchavadores* – competiam pelo acesso ao gado *cimarrón* e seus couros. Sem a opção da caça do gado selvagem, os indígenas atentaram para outras regiões onde era possível

adquirir gado: as zonas pecuaristas *criollas*. Os animais, roubados nos chamados *malones*, eram vendidos no Chile¹² ou utilizados para formar rebanhos para consumo familiar e usados como moeda de troca. A experiência da caça do gado selvagem permitiu a elaboração de técnicas apuradas e a consolidação de rotas comerciais, onde se destacava atuação dos Pehuenche dos dois lados da Cordilheira, controladores dos vales que conectavam a Argentina e o Chile e detinham considerável poder político-econômico entre os nativos.

Para invadir as regiões pecuaristas *criollas*, a estrutura dos *parlamentos* era crucial, pois neles se decidiam datas, locais de reunião e ataque. Geralmente um cacique de grande importância convocava outros aliados e se planejava a invasão e se objetivava angariar a maior quantidade possível de gado com o menor enfrentamento com os colonos da fronteira e guardas.

Durante os *malones*, os invasores – que podiam passar dos milhares – se dividiam em pequenos grupos e atacavam locais previamente estabelecidos. Os embates sempre ocorriam e a violência era mútua, sendo que os indígenas geralmente matavam os homens adultos e levavam as mulheres e crianças como cativos, enquanto que os *criollos* igualmente não poupavam nenhum *malonero* encontrado durante as invasões, nas perseguições no retorno e nas campanhas de repressão nas zonas povoadas pelos nativos. Encerrado o *malón*, todos se reuniam em pontos pré-determinados e retornavam aos pampas percorrendo os centenários caminhos que guiavam as viagens, as chamadas *rastrilladas*¹³.

Os indígenas não viviam apenas da caça dos fartos rebanhos das estâncias. Nas vilas das fronteiras argentinas, cresceu o comércio do artesanato de prata, tecidos, couros e penas. Nas regiões em que as *rastrilladas* se cruzavam, estabeleceram-se feiras em que os diferentes grupos étnicos trocavam, além do gado e do artesanato, mulheres cativas e produtos específicos de suas regiões, como sal, madeiras, pedras míticas, pinhões e os mais diversos objetos de origem *criolla*. O centro da vida cotidiana indígena era as *tolderias*, como eram chamadas as regiões ocupadas pelos nativos, nas

quais se concentravam à pequena distância habitações, currais e plantações.

Procurando conter os crescentes *malones*, satisfazer a pressão por terras e segurança por parte de *estancieros* e consolidar a ocupação territorial, o governo da Província de Buenos Aires criou, em 1823, o forte Independencia na serra de Tandil. Seguindo a estratégia de Bernardino Rivadavia, o novo governador da Província, Juan Manuel de Rosas, procurou angariar a assinatura de tratados de paz¹⁴ que assentavam indígenas e instalavam fortalezas, caso do forte Federación, em 1826, e em Bahía Blanca, da fortaleza Protectora Argentina, em 1827.

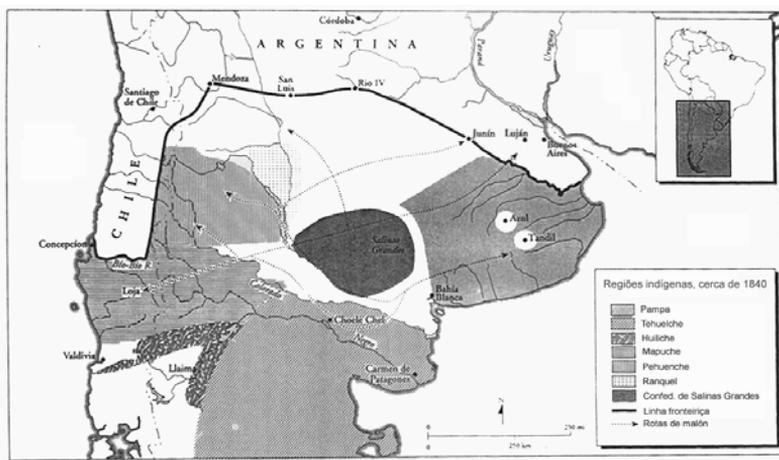


FIGURA 1: Regiões indígenas e *malones* nas fronteiras sul da Argentina e do Chile em meados do século XIX.

FONTE: JONES, Kristine L. Warfare, Reorganization, and Readaptation at the Margins of Spanish Rule: The Southern Margin (1573-1882). In: SALOMON, Frank & SCHWARTZ, Stuart B. (editors) *The Cambridge History of the Native Peoples of the Americas, Volume III – South America, Part 2*. Cambridge: Cambridge University Press, 1999, p. 170.

Durante o governo de Rosas, ocorreram as chamadas “Campanhas do Deserto”, de 1833, em que tropas partiram simultaneamente de Mendoza, Córdoba e Buenos Aires com o objetivo era atacar os indígenas e ocupar a região até a cidade de Bahía Blanca, no litoral do Atlântico. As operações foram concluídas no aniversário de vinte e quatro anos do início do Governo Provisório, em 25 de maio de 1834, com números impressionantes: 3.200 indígenas mortos, 1.200 presos e 1.000 cativos resgatados.

Tamanha violência desestabilizou a ordem política indígena e permitiu a ascensão de novas forças, dentre as quais se destacou o cacique Juan Calfucurá. Este migrante da Araucania e seu grupo familiar ocuparam à força uma estratégica zona de confluência de *rastrilladas* e fornecedora de sal aos *estancieros* portenhos, as chamadas Salinas Grandes, atualmente na Província de La Pampa.

Afastado temporariamente do governo da Província de Buenos Aires, Juan Manuel de Rosas foi reconduzido ao cargo, em 1835, e procurou se fortalecer no poder contando com a paz proporcionada por intensas negociações de paz com Calfucurá. Ambos, recém-chegados a seus domínios, estavam interessados na paz para o fortalecimento de seus regimes e o crescimento do comércio de gado e sal¹⁵.

O novo controlador das Salinas Grandes passou a ser um aliado dos portenhos e outros grupos se tornaram o que genericamente passou a se denominar *índios amigos*, submetidos ao chamado “trato pacífico”¹⁶, uma derivação da proposta elaborada ainda no período colonial de se aproximar de alguns grupos e guerrear com outros. Este “trato” consistia na formalização da posse *criolla* das terras e a sedentarização dos indígenas em uma região determinada – geralmente no caminho das *rastrilladas* para bloquear os *malones*. Havia a obrigação do auxílio militar dos *amigos* quando solicitado pelos comandantes militares em troca do recebimento regular de uma quantidade estipulada de gado, papel, farinha, objetos metálicos e os chamados *vícios* – aguardente e tabaco. O caso mais emblemático de “trato pacífico” foi a ligação bastante próxima

entre o grupo Pampa dos caciques Catriel¹⁷ com os governos de Buenos Aires entre as décadas de 1820 e 1870.

Estabelecidos os indígenas aliados e *amigos*, Rosas delimitou outros grupos como inimigos, cujas terras deveriam ser ocupadas. Mantendo a beligerância na fronteira, justificavam-se os avanços territoriais e os gastos com os militares, legitimava-se o discurso que opunha a barbárie à civilização e se identificava o inimigo interno, sua suposta índole bárbara, interesses escusos e ataques surpreendentes e sanguinários. Desde o *gaucho* e o criminoso preso e enviado como soldado para a fronteira¹⁸, ao grande comerciante e à burguesia de Buenos Aires, todos passaram a apoiar os projetos mirabolantes dos militares e pecuaristas portenhos em nome da segurança.

Na fronteira sul da Argentina, consolidaram-se importantes cacicados que gradativamente passaram a centralizar confederações indígenas com grande poder político, militar e econômico¹⁹. A dinastia indígena mais forte, política e economicamente, foi a dos Curá, controladora da Confederação das Salinas Grandes. Abaixo dos grandes caciques, como Juan Calfucurá, havia uma complexa hierarquia que delimitava o poder e atuação dos caciques dos núcleos menores, divididos, segundo os *criollos*²⁰, em caciques-segundos, chefes dos *capitanejos*, líderes dos *caciquillos*. Todos, apesar desta estrutura, mantinham o controle sobre seu pequeno grupo familiar originário. O reconhecimento e o fortalecimento da estrutura das confederações indígenas ocorreu por consenso ou à força, mas havia um nível determinado de independência, pois os líderes e velhos eram ouvidos nos *parlamentos* para a tomada de decisões que afetavam.

Um caso bastante específico entre as confederações indígenas²¹ é o dos Ranquel. Habitante da zona ao sul das províncias de San Luis e Córdoba, este grupo se originou da miscigenação entre os araucanos, os Tehuelche, os Pampa e *criollos* e mestiços refugiados, fugidos de perseguições políticas, da polícia ou dos alistamentos militares. Eles viviam próximos à lagoa de Leuvucó, outro entroncamento de *rastrilladas*,

resistiram durante décadas às tentativas de aproximação dos *criollos* e executavam impressionantes e ousadas invasões às *estancias* da fronteira.

Enquanto as confederações indígenas negociavam, atacavam e comercializavam, os pecuaristas do Interior e os liberais de Buenos Aires, auxiliados por tropas brasileiras, destituíram o governo de Rosas e desmontaram seu governo federalista, em 1852. Naquele momento, a Argentina passava por um período de intensa expansão da pecuária e pressão por poder e terras²², acompanhados de pressão demográfica das Províncias empobrecidas e projetos modernizadores idealizados por uma nova geração de políticos. Os frágeis tratados construídos com os indígenas foram desfeitos e repensados enquanto as tropas *criollas* de Bartolomé Mitre e Justo José de Urquiza disputavam o controle do Estado.

Interesses comerciais, disputas territoriais e alianças políticas com a Confederação Argentina (1852-1859)

A insurreição contra o poder de Rosas foi marcada por interesses das elites do Interior, interessadas na divisão das rendas da alfândega do porto de Buenos Aires, e por liberais de origem portenha, cujo projeto político para a Argentina pressupunha o fortalecimento do poder central baseado na formação de um Poder Judiciário, de Forças Armadas e de um sistema educacional centralizados.

Em pouco tempo, as divergências levaram à beligerância entre o Interior, comandado por Justo José de Urquiza, e a Província de Buenos Aires, liderada por Bartolomé Mitre. Os caciques do sul, atentos e bem informados das disputas, procuraram demonstrar sua força para exigir a negociação.

Juan Calfucurá e sua poderosa Confederação de Salinas Grandes reuniam importantes moedas de troca, como o acesso às minas de sal e às rotas comerciais para o Chile. Os Ranquel procuraram se distanciar desta influência e criar sua própria

organização, a Confederação de Leuvucó, liderada pelos caciques Calbán e Pichun, pretendendo lutar por seus interesses territoriais e comerciais. Próximos econômica e territorialmente de Buenos Aires, alguns caciques Pampa, como Juan Catriel e Justo José Coliqueo, mantiveram os vínculos históricos com os portenhos.

A negociação política com os *criollos* fazia parte do cotidiano indígena desde a chegada dos espanhóis, foi fortalecida durante o governo de Rosas e se tornou crucial no período posterior. Informados pela leitura de jornais e por informantes mantidos nas principais cidades, os caciques procuraram identificar os grupos *criollos* em disputa e analisar os projetos políticos em jogo. Conscientes de sua força e importância, mas também temerosos diante de tropas que derrotaram o até invencível Rosas, iniciaram uma seqüência de invasões para afirmar sua força e abrir negociações.

Os comandantes militares logo perceberam a incomum movimentação indígena, mas consideraram inviável, naquele momento em que um conflito armado era iminente, deslocar tropas para a fronteira sul. A estratégia adotada foi de aproximação e negociação, considerando-se as invasões como perdas de guerra. Enquanto se lutava pelo poder, não era interessante nem prudente transferir tropas do centro da disputa – Buenos Aires – considerando-se mais vantajoso sacrificar a produção fronteiriça a desguarnecer os quartéis.

Tanto grupos tradicionalmente hostis, como os Ranquel, quanto aqueles acostumados à negociação – os de Salinas Grandes – e os tidos como *índios amigos* – os Pampa – participaram do movimento de invasões indígenas que marcou o primeiro semestre de 1852. O caos instaurado na zona fronteiriça, de Mendoza a Buenos Aires, fortaleceu a posição dos caciques e seus interesses na negociação por tratados de paz. Acostumados à convivência relativamente pacífica com Rosas – após as “Campanhas” de 1833 – , os caciques buscaram conquistar força militar para reivindicar vantagens políticas e econômicas.

Neste contexto de tensão, invasões e pressão política, alcançou a notoriedade um importante negociador *criollo*, o coronel Manuel Baigorria²³. Exilado entre os Ranquel durante o governo de Rosas, este liberal unitário se tornou amigo pessoal dos chefes indígenas, um *cacique blanco*, e passou a controlar seu próprio grupo de familiares e agregados. Com a derrocada de Rosas, retornou à vida política argentina e se tornou o interlocutor entre os indígenas e os líderes políticos *criollos*.

Em 11 de setembro de 1852, uma rebelião dividiu a Argentina, e opôs o Estado de Buenos Aires – comandado por Bartolomé Mitre – à Confederação Argentina – capitaneada por Justo José de Urquiza. Os caciques foram prontamente informados por seus representantes e pelos jornais por eles enviados e, exceto Calfucurá, os demais iniciaram negociações, sabendo que a oposição se encaminharia para novos conflitos bélicos. Em sua análise, abriam-se interessantes possibilidades de negociação com os *criollos* para a conquista de reconhecimento político e territorial e a obtenção de vantagens materiais e comerciais.

Os portenhos, interessados nas terras indígenas e constantemente atacados pelos *malones*, propuseram relações desiguais aos caciques e ofereceram sedentarização e catequese aos caciques, desqualificando-os como interlocutores políticos, oferecendo poucas vantagens futuras e materiais.

Calfucurá era tido como o principal entrave ao avanço portenho sobre os pampas e a relação estabelecida entre o governo de Buenos Aires e a Confederação de Salinas Grandes foi ambígua. O cacique procurou manter relações amistosas com os grupos *criollos* em disputa e aguardou uma definição do quadro político e ostentou poder incontestável naquele momento. Sabendo que a produção de charque portenho dependia em grande parte de seu sal, ele conseguiu concentrar poder econômico e político e obrigou aqueles que advogavam seu aniquilamento a negociar e ceder.

Os portenhos desejavam ocupar as terras e as minas de sal da Confederação de Salinas Grandes, mas não possuíam capacidade bélica e organização para abrir nova frente de

batalhas, tornando-se vital cessar momentaneamente as invasões provenientes daquela região, mesmo a um alto custo material e moral.

Enquanto Calfucurá estava temporariamente controlado, os portenhos investiram em Catriel. Em 1º de setembro de 1853²⁴, chegou ao comandante do forte da vila de Azul um comunicado daquele cacique em que propunha a reaproximação com Buenos Aires. Em correspondência militar a seus superiores, aquele comandante explicitou a forma como os portenhos viam os aliados indígenas: "*o Governo (...), estimulando-os a abandonar essa vida errante e ociosa que tanto os avilta, e a se dedicarem ao trabalho, como homens honrados e pacíficos, comerciando com os habitantes dos nossos interiores*"²⁵ (grifos meus).

Para potencializar sua força, Catriel apresentou as ligações entre seus inimigos indígenas e os inimigos *criollos* dos portenhos, entre Calfucurá e Cachul, importante líder Ranquel, e o Gal. Urquiza. O cacique mostrou seu entendimento da situação e o quanto conhecia das lutas políticas no período ao citar nominalmente o Presidente da Confederação Argentina e associá-lo às etnias mais temidas pelos portenhos. Evidenciando entender a oposição entre os grupos *criollos* e a visão que estes tinham de determinadas etnias do sul, se apresentou como uma opção segura e um contraponto importante em uma situação que se se delineava desconfortável aos portenhos.

Ao final de 1853, as oposições se consolidavam. Buenos Aires, apoiada por Catriel e outros caciques Pampa, ainda lutava pelo apoio ou pela neutralidade de Calfucurá, conhecedora das negociações entre Urquiza e os Ranquel. Neste contexto, é emblemática a correspondência enviada pelo ministro de Guerra e Marinha portenho a um dos coronéis responsáveis pela fronteira, para que contactasse os caciques Ranquel,

salientando que, de forma alguma, lhes dará presentes, como Rosas e Urquiza, para lançá-los à guerra e fazê-los matar. Buenos Aires não precisa deles, nem como soldados, nem como aliados, e se tiver que recorrer ao triste meio da guerra, conta com suficientes lanças e canhões"²⁶ (grifos meus).

O governo de Buenos Aires declarou guerra aos aliados de seus antigos inimigos (Rosas), bem como dos atuais (Urquiza), expressando que não enviaria mais bens materiais e animais a aqueles caciques e que não dependia deles para a manutenção de sua paz interna e prosperidade material. A proposta portenha pressupunha a submissão econômica e militar e a transformação social, o que não interessava à maioria dos indígenas.

Diante de opções parcas e inflexíveis da parte de Buenos Aires, os caciques analisaram as propostas provenientes do governo da Confederação Argentina e gradativamente se aproximaram. Segundo os comandantes da fronteira portenha, delineava-se uma aliança de seus inimigos com Calfucurá para atacar Buenos Aires: *“ouvi dizer, pelos índios, que Calfucurá enviou emissários para receber notícias e verificar a situação em Santa Fé; que com Urquiza combinou que a indiarada seria mantida pronta para, ao primeiro aviso, operar sobre esta Província [Buenos Aires]”*²⁷ (grifos meus).

A aproximação notada pelos militares portenhos, em fins de 1853, cresceu e atingiu patamares inesperados no ano seguinte, pois as propostas enviadas por eles aos caciques eram ínfimas diante do oferecido por Urquiza. A evidente perda do apoio da maioria indígena levou Buenos Aires a uma posição ainda mais inflexível, pois não reconhecia o poder político dos caciques e não aceitava a negociação, afirmando que as relações deveriam se dar de maneira desigual, com a aceitação e assimilação de costumes ditos civilizados pelos indígenas e a submissão política. Após a aliança com Calfucurá, uma série de caciques também se aproximou de Urquiza e suas propostas mais vantajosas, inclusive os Ranquel. Um dos principais caciques, Calbán, escreveu naquele ano para o governo da Confederação uma carta emblemática:

“Viva a Confederação!

Amigo, há dois anos nos distanciamos das palavras de paz em que estávamos, mas agora me lembro delas (...). Agora meus capitães perceberam seus equívocos e que na guerra não há um final feliz (...). Mas, agora Deus me deu saúde, estou vivo e de

boa fé de meu coração me dirijo a Vossa Senhoria (...). Fiz juntar todos meus caciques para, com eles, ver se seria bom mandar minha palavra a V. S. e, ainda mais, me disseram Pichun e o Cacique Calfucurá, que: por que o Governo de Córdoba perdeu a paz? Amigo, se V. Excelência me dá a paz, será até a morte a nossa amizade"²⁸ (grifos meus).

Nesta correspondência²⁹, o cacique Ranquel recorreu a diversas expressões e termos utilizados pelos *criollos* aos quais desejava se aliar, pois objetivava estabelecer boas relações, demonstrar conhecer a organização governamental e se inserir nesta. Ele iniciou a carta com a expressão *Viva a Confederação!*, recorrente na correspondência daquele período, com a qual se vinculou a aquele governo, em oposição a Buenos Aires, colocando-se no mesmo patamar de seus interlocutores *criollos*. Apresentando-se como igual, procurou reconhecer a autoridade do outro para que esta também reconhecesse a sua.

O cacique construiu um pequeno histórico, lembrando as pazes acertadas com o governo de Córdoba antes da queda de Rosas e as desgraças a ambos decorrente da guerra para, por fim, propor a paz em troca de reconhecimento territorial e bens materiais. Ao citar o cacique das Salinas Grandes, Calbán legitimou seu pedido de paz e explicitou negociações que atravessavam os pampas em torno de uma aliança conjunta pró-Urquiza e anti-portenha.

O governo da Confederação Argentina estava interessado na negociação com os caciques e procurou atraí-los para uma grande aliança contra Bartolomé Mitre e os portenhos. Objetivava-se sua inserção no sistema jurídico-administrativo e, para tal, foram oferecidos cargos, patentes militares, terras, vantagens materiais, reconhecimento político e, também, a catequese e as ditas "vantagens da civilização".

Ao declarar a paz através de tratados assinados, os governos *criollos* procuraram atribuir formar políticas ocidentais à organização araucana³⁰, responsabilizando pessoalmente o cacique por atitudes de todos os indígenas de seu grupo,

transformando a organização política indígena em algo mais compreensível para o modelo *criollo*.

Os caciques também incluíram parâmetros indígenas nas negociações e os militares da fronteira reconheceram a autoridade dos indígenas sobre suas terras, em complemento à jurisdição governamental sobre todo o território. As intensas negociações para tratados de paz duradouros e vinculados à adesão a projetos políticos, no ano de 1854, permitem a compreensão da dinâmica da assinatura das pazes e explicitam a importância conquistada pelos caciques frente aos grupos em disputa pelo Estado argentino e a consciência que os possuíam do processo no qual estavam envolvidos.

As negociações com Urquiza foram intermediadas pelo Governador de Córdoba e as instruções secretas para a negociação, enviadas de Paraná, a capital da Confederação Argentina, explicitam o caráter do tratado e seus objetivos:

“Chegou a Rio Cuarto [cidade em Córdoba] uma comitiva com 132 índios pertencentes às tribos dos caciques de Salinas Grandes – Calfucurá, Ranquel Mapu – Pichun, Leuvucó – Calbán (...). Para satisfazer as demandas desta comitiva e na esperança de, com este meio, comprar a paz dos caciques (...), dispõe o Governo de que V. Excelência leve a cabo esta missão, celebrando com eles um tratado para que, se possível, se submetam ao Cel. Baigorria, reconhecendo-o como seu chefe; e que eles ofereçam ao menos uma sólida garantia de que, na seqüência, nenhuma de suas hordas invadirá Província alguma da Confederação; prometa-lhes que, caso se mantenham fiéis a seu compromisso, o Governo oficialmente os auxiliará na esfera que acredita de seu dever. Ao fixar estes acertos, não deixe de insistir e manifestar os sérios castigos que o Governo está firmemente disposto a fazer cair sobre eles, de um modo perseverante se, traidores da fé prometida, voltem com seus atrocínios a se converter no suplício desolador e sangrento da República.

Compreenderá V. Excelência que, se o Governo Nacional, conhecedor das muitas e urgentes necessidades dos diferentes ramos administrativos da República, resolve desviar fundos consideráveis para alimentar homens cuja amizade e inimizade

são quase igualmente custosas e destruidoras, isto ocorre somente em troca de uma paz duradoura e a fim de tentar, pela última vez, um meio que até aqui se mostrou mais efetivo. Pois, de outro modo, os custosos e indevidos presentes que eles exigem em troca de uma mentida amizade, não fariam mais do que aumentar os estragos que até hoje causaram seus infames e carniceiros assaltos³¹ (grifos meus).

Ao governo da Confederação, a aliança com os indígenas era custosa e duvidosa, mas possibilitava a paz para os pecuaristas e indiretamente instigava as invasões em território portenho, pois os *malones* forneciam gado para uso próprio e comércio, mas também eram uma forma de afirmação individual e coletiva dos homens guerreiros. Urquiza sabia que as invasões eram parte essencial da constituição daquelas sociedades e soube construir uma aliança para as Províncias sob seu mando – *nenhuma de suas hordas invadirá Província alguma da Confederação* – indicando Buenos Aires como única alternativa aos *maloneros*.

Aos indígenas, os tratados eram igualmente positivos, pois ofereciam uma quantidade considerável de gado, submetia-os militarmente a alguém de sua confiança – o coronel Manuel Baigorria – e autorizava indiretamente a organização de enormes invasões contra a zona em que estavam as maiores *estancias*, Buenos Aires, sua inimiga e cujo governo os havia desprezado.

É possível afirmar que a diplomacia da Confederação, sob a qual se encontravam o Governador, os chefes militares e o coronel Baigorria, foi extremamente eficaz ao angariar o apoio militar e a paz de Calfucurá e dos Ranquel, mas é ainda mais notável observar a prática política e os interesses dos caciques. Hábeis negociadores, eles souberam lidar com as rivalidades entre os *criollos*, se associar aos inimigos daqueles que os desprezaram e ainda alcançar importantes cargos e patentes militares, manter a autonomia territorial e suas forças políticas.

Ao se aliarem à Confederação, os caciques fecharam uma fronteira de centenas de quilômetros – então aberta às incursões do Exército – e deixaram apenas a possibilidade de serem

invadidos a partir de Buenos Aires que, desestruturada, não conseguia organizar ataques efetivos e ainda era alvo fácil para os *malones*. Reconhecidos como forças políticas, os caciques defenderam suas terras, ampliaram sua força comercial como fornecedores de gado ao Chile e ainda obtiveram os desejados “avanços da civilização”.

Segundo a documentação, a retomada do diálogo e a iniciativa para a reunião partiram dos indígenas, tanto com a carta de Calbán acima citada, quanto pela intensa correspondência trocada entre Baigorria e o Governador de Córdoba³².

Em diversas circunstâncias, a aliança indígena com a Confederação foi entendida como uma manipulação *criolla*³³, mas a documentação evidencia a conjugação de interesses de ambos os lados contra um inimigo comum. Aos *criollos* reunidos em torno de Urquiza, interessava desestabilizar a produção de Buenos Aires, enquanto que aos caciques, tornava-se vital a manutenção de uma área livre para os *malones* e a proteção das *tolderias*.

A aliança entre os indígenas e a Confederação Argentina foi intensa e baseada em um inimigo comum, mas também repercutiu idéias, conceitos e temores *criollos*. Pressionado por caciques fortes política e militarmente, o governo confederado se viu obrigado a aceitar condições tidas como injustas e temíveis, questionando a lealdade dos novos aliados. Apesar de também duvidar da fidelidade e temer a violência indígena, é sintomática a diferença entre o discurso da Confederação – *em troca de uma paz duradoura e a fim de tentar, pela última vez, um meio que até aqui se mostrou mais efetivo* – e o portenho – *Buenos Aires não precisa deles, nem como soldados, nem como aliados* – já neste período.

Após intensas negociações, o governo da Confederação cedeu e considerou os gastos com os caciques, apesar de vergonhosos, um mal necessário, justificáveis no esforço pela destituição do poder portenho. Neste sentido, foi assinado o tratado de paz, assegurando:

- “1º - Que não invadirão nenhuma das Províncias da Confederação;
- 2º - Que tampouco se aliarão aos inimigos da Confederação, quaisquer que sejam, ou da Superior Excelência, o Sr. Presidente, Gal. Urquiza;
- 3º - Que os índios serão respeitados nas Províncias Confederadas (...);
- 4º - Iguais considerações se comprometem a manter com os crístãos, ou seja, os habitantes das Províncias Confederadas, que, por via de comércio penetrem até suas tolderias;
- 5º - É combinado, igualmente, que nenhum Governador das Províncias Confederadas poderá se unir a qualquer inimigo dos Generais Pichun, Calván e Calfucurá (...);
- 6º - Os citados caciques se comprometem a permitir que os índios formem reduções, e a reunir as populações, colocando-as em lugares aparentes, que serão governadas por um capitanejo sob a direção e vigilância do Cel. D. Manuel Baigorria;
- 7º - Na segurança de sua lealdade e da fidelidade que guardarão a estes tratados, da amizade que guardam com o Governo da Confederação e com os respectivos Governos das Províncias, reconhecem ao Cel. D. Manuel Baigorria como um intermediador, através do qual se comunicarão com o Sr. Presidente e receberão as instruções ou ordens que este emitir”³⁴ (grifos meus).

A construção deste tratado de paz explicitou alguns dos principais pontos da política argentina do período, pois o comércio entre indígenas e *criollos* – uma reivindicação indígena – estava autorizado. Houve o reconhecimento político mútuo e a aliança contra um inimigo em comum, diante do qual nenhum dos lados poderia se aproximar. Por fim, houve também uma incipiente tentativa para o estabelecimento de missões evangelizadoras, não levadas a cabo no período³⁵.

Unidos contra Buenos Aires, confederados e indígenas não precisavam se preocupar com ataques que não fossem portenhos e podiam se organizar para desestabilizar o inimigo comum. Peça chave neste sistema era a atuação de Calfcurá, a quem Baigorria escreveu chamando de “*Meu bom amigo, o General Calfucurá*”³⁶, intermediador indígena junto a outros

caciques, também chamados de generais, em especial os Ranquel.

A intensa correspondência trocada entre as *tolderias* e os militares de Urquiza foram uma marca das relações políticas entre indígenas e *criollos* no período e trazem a marca da aproximação personalista característica das alianças indígenas. Os caciques passaram a escrever a “*Meu irmão*” – uma referência consangüínea – ou “*Cunhado*” – referência de parentesco afim, aliado – e a associar a Confederação com os cristãos, excluindo os portenhos desta classificação de origem religiosa.

Além de formalidades e cordialidades, a correspondência trocada também incluía informes militares em mão dupla. É interessante notar, por exemplo, os avisos enviados pela Confederação às *tolderias*, dando conta da presença de gado gordo na região portenha de Mulitas³⁷, seguidos de invasões contando com mais de 5.000 indígenas.

Calfucurá, apesar de oficialmente aliado a Urquiza, ainda mantinha determinados contatos com os portenhos, recebendo gado e presentes em troca de uma suposta neutralidade. Após invasões a Buenos Aires, foi enviada correspondência a ele, afirmando “*saiba que uma indiarada sua veio para roubar (...). Nós seguimos o rastro até próximo de Salinas Grandes*”³⁸. O cacique, consciente de sua imensa força política, da fraqueza portenha momentânea e da importância da aliança indígena com Urquiza, confirmou a informação e acrescentou:

*“há roubos. Preciso recorrer às armas e já aviso. Tenho 100 capitães, quatro generais: Pichún, Calván Pichún, Huinca Nagüelcheo, Nagüelcheo e toda a inumerável gente e treze povos argentinos sob o general Urquiza. Tenho a paz com o general Urquiza”*³⁹.

Enquanto o caos tomava a fronteira de Buenos Aires, a paz reinava nas Províncias da Confederação. Com os tratados de 1854, os *malones* recaíram exclusivamente sobre aquela denominada “a Província Rebelde”, fazendo com que as notícias

enviadas pelos militares da confederação ao Ministério da Guerra e Marinha fossem, geralmente, referentes à ida de comitivas indígenas à cidade de Paraná para visitas a Urquiza. Segundo o Ministro da Guerra,

“a linha do sul (...) segue tranqüila e em paz com as tribos dos arredores, em decorrência da boa harmonia, atenções e presentes com que são tratados os caciques (...). O resultado deste trato pacífico é amigável. Os fortes ‘Tres de Febrero’, ‘Constitucional’ e ‘San Rafael’, hoje em dia são colônias ou povoados de profícuas esperanças para o futuro (...)”⁴⁰.

Justo José de Urquiza, general responsável pela deposição de Rosas e homem forte da Confederação Argentina, estava habituado aos *gauchos*, à vida mestiça da fronteira e ao contato com os indígenas. Auxiliado pelo coronel Manuel Baigorria, sabia que os caciques confiavam mais na honra e na oralidade do que em papéis assinados, e procurou se aproximar pessoalmente das principais lideranças indígenas. Os recebeu no palácio presidencial e se tornou padrinho de filhos dos caciques⁴¹, mantendo um vínculo pessoal com eles, para fortalecer a aliança costurada pelos emissários diplomáticos e firmada nos documentos.

Apesar da tradicional aproximação entre política e relações pessoais na prática argentina do século XIX⁴², poucos foram os *criollos* que inseriram indígenas em suas relações políticas pessoais. Esta prática foi mantida especialmente pelos políticos baseados no campo e acostumados ao trato com os *gauchos*, caso de Juan Manoel de Rosas e Justo José de Urquiza, mas não da elite portenha da década de 1850, como Bartolomé Mitre, por exemplo. O reconhecimento político, o tratamento pessoal e a amizade oferecidos por Urquiza fortaleceram e potencializaram a aliança formal assinada, proporcionando uma nova situação, na qual os caciques, adeptos das alianças pessoais entre os indígenas, adquiriram confiança e fortaleceram a oposição anti-portenha.

Juan Calfucurá, enquanto negociava e se aproximava da Confederação, mantinha relações mornas com os militares de Buenos Aires, procurando se eximir da culpa das recentes invasões, objetivando a manutenção da rede de fornecimento de sal e a obtenção de gado e presentes. Enfraquecidos e desprestigiados, os militares portenhos procuraram agradar ao cacique das Salinas Grandes, mas demonstravam intensa insatisfação com aquela situação, tida como humilhante, pois supunha sua inferioridade.

Em correspondência proveniente de comandante da fronteira, de outubro de 1856, é possível acompanhar a gestação de um projeto que procurava suprimir fisicamente os indígenas, em especial o poderoso Calfucurá:

"(...)talvez salvaríamos nosso país dos vândalos dos pampas, que tanto nos afligem hoje se tivéssemos a sorte de reunir todos os elementos que acredito necessários (...). Penso que Calfucurá não escaparia do golpe que lhe preparo"⁴³.

A vida na fronteira indígena de Buenos Aires era extremamente tensa e as décadas de invasões e combates fortaleceu um ideário cujas propostas supunham a supressão física do inimigo indígena. A partir destas vivências e experiências, gestaram-se as propostas genocidas⁴⁴ empreendidas no final da década de 1870.

Apesar do governo da Confederação também afirmar, em correspondência interna, que os indígenas eram selvagens e bárbaros, hostis a serem civilizados e que as terras deveriam ser utilizadas de forma útil, o discurso portenho construído a partir da década de 1850 passou a se apresentar gradativamente mais extremista, preconceituoso, segregacionista e genocida. As tensas relações na fronteira marcaram profundamente o imaginário de militares, comerciantes e produtores da fronteira de Buenos Aires. Sentindo-se atacados, entendiam, baseados na idéia de superioridade das raças, que a solução para a Argentina e principalmente para eles, era a aniquilação total dos "*vândalos de la pampa*".

Aliados na guerra e na paz – o caso da batalha de Cepeda

Apesar da aliança, da amizade e da paz, os caciques não estiveram desatentos à movimentação das tropas confederadas e aos projetos de expansão da área *criolla*. Em janeiro de 1855, por exemplo, foi aprovado projeto na Confederação para ocupar as terras entre os rios Quarto e Quinto, na Província de Córdoba, sob o comando do Cel. Baigorria⁴⁵. Em um mês, a notícia cruzou os pampas e o cacique Ranquel Epumer, irmão de Calbán, chegou à cidade de Río Cuarto. Ele se mostrou conhecedor dos projetos expansionistas e foi enfático ao declarar que seria impossível conter os roubos na área que o governo planejava ocupar⁴⁶, explicitando sua oposição a tal projeto e a opção pela resistência e guerra à Confederação pela defesa de sua autonomia e territórios, caso fosse preciso.

Apesar destas pequenas rugas, pode-se afirmar que a aliança entre a Confederação Argentina e os caciques foi um sucesso cujo objetivo principal era, segundo Calfucurá, “*lutarmos contra o Governo, para que Urquiza governe Buenos Aires*”⁴⁷. Informes de comandantes da fronteira portenha alertavam para reuniões estratégicas entre os militares de Urquiza e os caciques. A preocupação era o surgimento de uma nova leva de *malones* e a liquidação definitiva da produção agropecuária nas regiões mais próximas à zona indígena. Os *estancieros* estavam insatisfeitos e pressionavam militares e políticos em Buenos Aires, afirmando que “*estão dispostos a levar seu gado à Província vizinha, por considerá-la mais segura contra as incursões dos bárbaros*”⁴⁸.

No período entre 1854 e 1859, a situação das unidades agropecuárias da fronteira de Buenos Aires se tornou desoladora, em decorrência de uma seqüência incessante de invasões e saques indígenas. Os ataques e a violência mútua levaram a uma crescente instabilidade econômica, política e social e contribuíram para a consolidação de um imaginário social portenho solidamente desfavorável ao indígena.

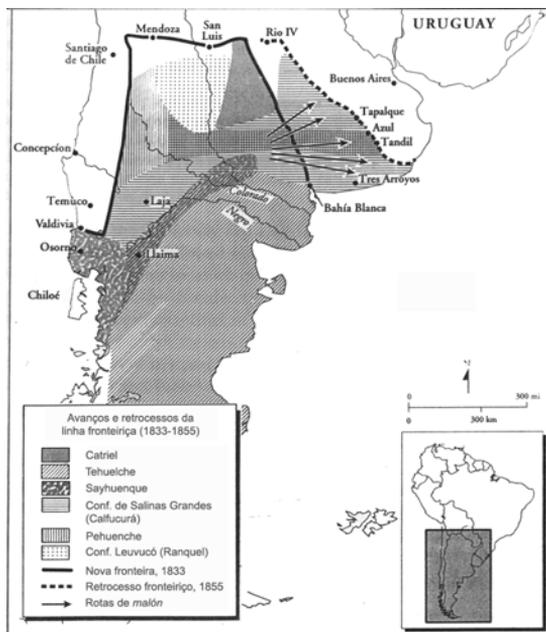


FIGURA 2: Avanços e retrocessos da linha fronteira entre 1833 e 1855.

FONTE: JONES, Kristine L. Warfare, Reorganization, and Readaptation at the Margins of Spanish Rule: The Southern Margin (1573-1882). In: SALOMON, Frank & SCHWARTZ, Stuart B. (editors) *The Cambridge History of the Native Peoples of the Americas, Volume III – South America, Part 2*, cit, p., 171.

A insatisfação da população civil da fronteira pode ser observada a partir da profusão de abaixo-assinados, das correspondências solicitando reforço nas tropas e, principalmente, através das constantes recusas em ingressar na Guarda Nacional, a tropa formada por cidadãos armados, convocada constantemente em decorrência do caos militar e financeiro em que se encontrava Buenos Aires.

A instabilidade social entre os portenhos era um dos principais objetivos da estratégia adotada pela Confederação Argentina e pelos caciques, pois complementava a desestruturação das redes de produção e comercialização, abalava a economia e a legitimidade política do governo que fazia oposição a Urquiza.

A situação enfrentada pelos portenhos era difícil, pois as propostas enviadas aos caciques no começo da década de 1850 afastaram a maioria deles e instalaram a inimizade. Apoiado em alianças com indígenas da etnia Pampa, o governo de Buenos Aires procurou se aproximar dos caciques então sabidamente em aliança com a Confederação, mas não foi hábil o suficiente para tanto. Não era possível atraí-los, neutralizá-los, nem tampouco entender a forma como tais ataques eram coordenados e seu principal objetivo. A proposta de afastar os indígenas do que se entendia como a barbárie, exigia levá-los à civilização, via trabalho e religião. Entretanto, a proposta da Confederação Argentina era mais interessante aos caciques, pois oferecia bens materiais, reconhecimento político e uma relativa autonomia. Diante da impossibilidade de aliança ou de submissão pacífica, os militares portenhos mantiveram a opção bélica para o que entendiam como “o problema indígena”.

O governo da Confederação estava satisfeito com a estratégia adotada e com o desenrolar dos acontecimentos, mas entendia que chegara a hora de reconquistar “a Província Rebelde” e para isso foi vital a participação indígena. Urquiza procurou exaurir as forças das tropas portenhas, fragilizando-as para o combate que decidiria o controle do Estado Argentino.

Em luta conjunta, os caciques iniciaram uma longa seqüência de *malones* que atingiram uma vasta região da Província de Buenos Aires e consumiram gado, munição e tempo das tropas portenhas. Os militares portenhos foram envolvidos em uma armadilha de informação e contra-informação construída por Urquiza e pelos indígenas que consistiu em libertar alguns cativos com dados falsos sobre o gado, estes informavam que:

“(…) há mais ou menos três meses os índios saíram em direção de Mulitas e a eles se incorporaram aproximadamente mil e quinhentos índios chilenos, em um total de três mil índios a mando de Calfucurá; dizem também que pouco antes tinha chegado um filho [do cacique] Quentriel que tinha ido a Paraná, se encontrado com Urquiza e depois levado aos toldos de Calfucurá alguns oficiais de Paraná; que tinham deixado as famílias e cativas próximas aos montes, guardadas apenas por velhos e meninos; e que em Carhué há uma grande cavallhada”⁴⁹.

Diante da difusão notícia de que apenas meninos e velhos cuidavam dos rebanhos dos nativos, os caciques e seus aliados da Confederação instigaram a organização de uma grande empreitada portenha aos pampas. Nem o gado, nem os indígenas foram localizados, e as tropas e os animais se desgastaram fisicamente⁵⁰. O resultado desta apressada operação militar foi capturar 250 éguas – 10% do que um *malón* bem sucedido arrecadava – e muito cansaço. Duas semanas depois, ao retornar a Buenos Aires, os militares se encontravam praticamente fora de combate e foram facilmente batidos pelas tropas da Confederação e dos caciques na batalha de Cepeda, em 23 de outubro de 1859.

O papel desempenhado pelos caciques nos movimentos prévios para a batalha e durante a própria explicitam a força da aliança construída pela Confederação Argentina e refutam a idéia de que houve uma manipulação político-militar *criolla*, pois os indígenas aderiram de maneira consciente e ativa à aliança, estavam alinhados há mais de cinco anos à sua política e optaram por aprofundar tais relações, procurando a retribuição política, econômica e militar após a vitória. Para aqueles caciques, o ocaso confederado fortaleceria homens cujo projeto para a Argentina desconsiderava sua importância e supunha sua supressão cultural, comercial, territorial e até física. Diante de projetos que lhes foram apresentados, optaram por aquele que lhes oferecia algumas vantagens, como oportunidades territoriais, políticas, militares e materiais, além dos desejados e ditos “avanços da civilização”.

Uma oposição sistemática e guerreira: indígenas e portenhos após Cepeda

A vitória sobre os portenhos proporcionou aos caciques o saque a importantes zonas pecuaristas, mas também alterou substancialmente suas relações com Urquiza. A reconquista da Província de Buenos Aires tornou inoperantes os tratados baseados na permissão de ataque aos antigos inimigos, pois o novo governo argentino não poderia mais permitir nem incentivar os *malones*.

Desautorizados a invadir, os caciques viram suas relações com os aliados confederados rapidamente enfraquecerem, pois as requisições de mais gado e presentes – uma troca pela paz entre os pecuaristas portenhos – não foram atendidas, tendo em vista as novas prioridades governamentais e os preceitos defendidos em 1854, de procurar evitar a custosa e duvidosa amizade dos caciques.

O período entre outubro de 1859 e setembro de 1861 ficou marcado pela manutenção fragilizada dos tratados e pelo aumento gradativo das invasões, não mais apenas a Buenos Aires, mas em toda a fronteira sul, incluídas as Províncias de Córdoba, San Luis e Mendoza, poupadas na década anterior.

Urquiza alcançou a vitória político-militar sobre os portenhos e procurou implementar seu projeto para a Argentina, mas viu sua aliança confederada de *criollos* do Interior se esfacelar acompanhando o mesmo enfraquecimento da aliança com os indígenas. Fragilizado politicamente, o general enfrentou novamente as tropas portenhas comandadas por Bartolomé Mitre, em 17 de setembro de 1861, naquela que ficou conhecida como a batalha de Pavón.

A vitória de Buenos Aires selou a unificação argentina em torno do projeto de centralização em torno dos liberais, supondo ainda a exclusividade das rendas do porto para o governo provincial. A queda de Urquiza foi um duro impacto para os caciques. Apesar da aliança abalada, seu projeto nacional derrotado os aceitou politicamente e economicamente, procurando conciliar a paz com a chamada “introdução da

civilização". Por outro lado, os novos detentores do poder procuraram a vingança por um século de duros embates e, em especial, pela última década de intensos *malones*, procurando efetivar o projeto que supunha não mais o convívio problemático entre civilização e barbárie, mas a oposição militar entre civilização ou barbárie.

Considerações finais

Durante o cisma político da Confederação Argentina, entre 1852 e 1861, caciques e grupos *criollos* em luta pelo Estado mantiveram intensos contatos políticos e construíram alianças baseadas na oposição a inimigos em comum, mas também na adoção de um projeto para o país que supunha a inserção e a autonomia indígena.

Os políticos portenhos e confederados compreenderam a força política e militar concentrada nos caciques pampeanos e procuraram se aproximar ou anulá-los. Independentemente da estratégia adotada, reconheceu-se seu poder, capacidade de organização e atuação comercial. A disputa pelo Estado proporcionou o fortalecimento de líderes políticos e militares indígenas com projetos e interesses econômicos e comerciais que ultrapassavam a capacidade de manipulação *criolla*. Em busca de reconhecimento, os caciques souberam explorar o momento de conflito para uma negociação vantajosa, pois compreenderam as disputas internas e souberam avaliar os projetos em disputa para identificar o que melhor permitia a manutenção do controle territorial, sua autonomia política, prosperidade comercial e a aquisição dos ditos "avanços da civilização".

Após uma década de intensos e violentos *malones*, os portenhos e os liberais argentinos em geral, passaram a identificar os indígenas com um conjunto de forças políticas e sociais a serem suplantadas para a modernização nacional. As intensas resistências na década posterior e o fortalecimento das teorias racistas levaram a um ponto de inflexão em que as elites

detentoras do poder propuseram a supressão física dos indígenas.

Ao final da década de 1870, os militares da fronteira indígena assumiram o controle do Estado e a proposta de extermínio, gestada há vinte anos e fortalecida pelos ideais de branqueamento nacional e uso intensivo da mão-de-obra imigrante, foi finalmente aplicada. Durante as chamadas “Campanhas do Deserto”, comandadas pelo general e futuro presidente Julio Argentino Roca, em 1878, mais de 11.000 indígenas de um total de 30.000 foram assassinados⁵¹ durante poucos meses. Um número incontável de feridos desapareceu e os fugitivos foram caçados durante anos pelos pampas e pelos Andes. Os poucos sobreviventes assistiram à ocupação de suas terras e foram submetidos à tutela estatal, ao confinamento em reservas e ao trabalho de baixa qualificação no campo e nas cidades⁵², o que liberou 15.000 léguas para a agropecuária exportadora⁵³ e enterrou os projetos de autonomia indígena no sul da Argentina.

Referências Bibliográficas

- BAIGORRIA, Manuel. *Memórias*. Buenos Aires: Solar/Hachette, 1975.
- BARSKY, Osvaldo & GELMAN, Jorge. *Historia del Agro Argentino. Desde la Conquista hasta fines del siglo XIX*. Buenos Aires: Mondatori, 2001.
- BECHIS, Martha. *Interethnic relations during the period of Nation-State formation in Chile and Argentina: from sovereign to ethnic*. PhD, 1984.
- _____. Las manipulaciones de Rosas en la Araucania in *Primer Encuentro Argentino-Chileno de Estudios Históricos*. Mendoza, 1995.
- BENGOA, José. *Historia de los antiguos mapuches del sur*. Santiago: Catalonia, s/ data.
- BRIONES, Claudia & LANATA, José Luis. *Archaeological and anthropological perspectives on the Native Peoples of Pampa, Patagonia, and Tierra del Fuego to the Nineteenth Century*. Westport/Londres: Bergin & Garvey, 2002.

- CLASTRES, Pierre. Do etnocídio. In: *Arqueologia da violência – pesquisas de antropologia política*. São Paulo: Cosac & Naify, 2004.
- GOLDMAN, Noemí & SALVATORE, Ricardo (comp.). *Caudillismos rioplatenses: nuevas miradas a un viejo problema*. Buenos Aires: Eudeba, 2005, 2ª ed.
- GUTIÉRREZ, Horácio; NAXARA, Márcia R. C. & LOPES, Maria Aparecida S. *Fronteras: paisagens, personagens, identidades*. Franca: Unesp, São Paulo: Olho d'água, 2003.
- HUX, Meinrado. Coleção *Caciques (Puelches, pampas y serranos; Pampa-ranqueles; Huiliches y salineros; Pehuenches; Boronas y araucanos)*. Buenos Aires: Marymar, 1991.
- JONES, Kristine L. Warfare, Reorganization, and Readaptation at the Margins of Spanish Rule: The Southern Margin (1573-1882). In: SALOMON, Frank & SCHWARTZ, Stuart B. (editors) *The Cambridge History of the Native Peoples of the Americas, Volume III – South America, Part 2*. Cambridge: Cambridge University Press, 1999.
- LEÓN SOLÍS, Leonardo. *Maloqueros y conchavadores en Araucanía y las Pampas, 1700-1800*. Temuco: Ed. Universidad de la Frontera, 1991.
- LEVAGGI, Abelardo. *Paz en la frontera. Historia de las relaciones diplomáticas con las comunidades indígenas en la Argentina (siglos XVI – XIX)*. Buenos Aires: Universidad del Museo Social Argentino, 2001.
- MANDRINI, Raúl & ORTELLI, Sara. *Volver al país de los araucanos*. Buenos Aires: Sudamericana, 1992.
- _____ (ed). *Vivir entre dos mundos: las fronteras del sur de la Argentina – siglos XVIII y XIX*. Buenos Aires: Taurus, 2006.
- MOREIRA, Luiz Felipe Viel. *Os setores populares frente ao desenvolvimento do capitalismo na província de Córdoba (1861-1914)*. São Paulo, 1999. Tese (Doutorado em História Social) – FFLCH, USP.
- NACUZZI, Lúcia R. *Funcionarios, diplomáticos, guerreros. Miradas hacia el otro en las fronteras de pampa y patagonia (siglos XVIII y XIX)*. Buenos Aires: Sociedad Argentina de Antropología, 2002.
- NAYA – Noticias de Antropología y Arqueología. *CD Etnohistoria*. Buenos Aires: NAYA, 2003.
- OPERÉ, Fernando. *Historias de la frontera: el cautiverio en la América hispánica*. México: FCE, 2001.
- PINTO RODRIGUEZ, Jorge. *De la inclusión a la exclusión: la formación del estado, la nación y el pueblo mapuche*. Santiago: Universidad de Santiago de Chile, 2000.

PRATT, Mary Louise. *Os olhos do Império: relatos de viagem e transculturação*. Bauru: Edusc, 1999. Tradução: Jézio Hernani Bonfim Gutierre.

SARASOLA, Carlos Martinez. *Nuestros paisanos, los indios. Vida, historia y destino de las comunidades indígenas en la Argentina*. Buenos Aires: Emecé, 1999.

TAMAGNINI, Marcela. *Cartas de frontera. Los documentos del conflicto interétnico*. Rio Cuarto: Universidad Nacional de Rio Cuarto, 1995.

VILLALOBOS, Sergio. *La vida fronteriza en Chile*. Madri: Mapfre, 1992.

VIÑAS, David. *Indios, ejército y frontera*. Buenos Aires: Siglo Veintiuno, 1983.

ZEBALLOS, Estanislao S. *La conquista de quince mil leguas. Estudio sobre la traslación de la frontera sur de la República al río Negro*. Buenos Aires: Taurus, 2002.

PASSETTI, Gabriel. Argentinean native-american confederations in action: politics, commerce and territories (1852-1859). *História*, v.28, n.2, p.107-142, 2009.

Abstract: Argentina was divided, between 1852 and 1859 in two political groups: the Province of Buenos Aires and the Argentine Confederation. Strong native-american confederations from the pampas, the Andes and Patagonia, arose interested in political autonomy, defence of territories and commerce. They dealt with the *criollos*, evaluated their project for the nation and joined those who recognized them as political and military allies. Active members of the Argentinean politics in that time, they reconquered lands and offered intense resistances to the *criollos*.

Keywords: Argentina; Native-american politic struggle; Juan Calfucurá.

NOTAS

¹ Este artigo é baseado em minha dissertação de mestrado "Indígenas e *criollos*: política, guerra e traição nas lutas no sul da Argentina (1852-

1885)”, defendida no Depto. de História-FFLCH/USP em dezembro de 2005, financiada pela Fapesp.

² Para Mary Louise Pratt, regiões de fronteiras podem ser entendidas como zonas de contato, “espaço de encontros coloniais, no qual as pessoas geográfica e historicamente separadas entram em contacto umas com as outras e estabelecem relações contínuas, geralmente associadas a circunstâncias de coerção, desigualdade radical e obstinada”. PRATT, Mary Louise. *Os olhos do Império: relatos de viagem e transculturação*. Bauru: Edusc, 1999, p. 31.

³ No Brasil, encontra-se publicado o artigo: MANDRINI, Raúl & ORTELLI, Sara. Una frontera permeable: los indígenas pampeanos y el mundo rioplatense en el siglo XVIII. In: GUTIÉRREZ, Horácio; NAXARA, Márcia R. C. & LOPES, Maria Aparecida S. *Fronteiras: paisagens, personagens, identidades*. Franca: Unesp, São Paulo: Olho d’água, 2003.

⁴ Sobre o período colonial no Chile: LEÓN SOLÍS, Leonardo. *Maloqueros y conchavadores en Araucanía y las Pampas, 1700-1800*. Temuco: Ed. Universidad de la Frontera, 1991.

⁵ Os guanacos (*Lama Guanicoe*) são camelídeos sul-americanos que pesam entre 65 e 70 kg, parentes das lhamas, das alpacas e das vicunhas. Seu hábitat original percorria a região entre o Peru e a Terra do Fogo, chegando até o sul do Brasil e o Uruguai, mas a caça extensiva os restringiu atualmente às zonas mais frias e menos habitadas dos Andes.

⁶ Sobre os modos de viver nos pampas araucanizados: MANDRINI, Raúl & ORTELLI, Sara. *Volver al país de los araucanos*. Buenos Aires: Sudamericana, 1992.

⁷ Um estudo sobre o papel do cativo de hispânicos e indígenas nas América é: OPERÉ, Fernando. *Historias de la frontera: el cautiverio en la América hispánica*. México: FCE, 2001.

⁸ Uma análise de longa duração das vivências e tensões envolvendo os indígenas na Argentina pode ser encontrada em: SARASOLA, Carlos Martinez. *Nuestros paisanos, los indios. Vida, historia y destino de las comunidades indígenas en la Argentina*. Buenos Aires: Emecé, 1999.

⁹ Para o caso da Patagônia: IRURTIA, María Paula. La visión de los indios respecto de los ‘cristianos’ y ‘huincas’ en el norte de la Patagônia, siglos XVIII y XIX. In: NACUZZI, Lúcia R. *Funcionarios, diplomáticos, guerreros. Miradas hacia el otro en las fronteras de pampa*

y patagonia (siglos XVIII y XIX). Buenos Aires: Sociedad Argentina de Antropología, 2002.

¹⁰ Sobre as diferentes estratégias elaboradas pela burocracia colonial para se relacionar com as etnias que viviam na fronteira sul: ROULET, Florencia. Guerra y diplomacia en la frontera de Mendoza: la política indígena del Comandante José Francisco de Amigorena (1779-1799). In: NACUZZI, Lúdia R, *Funcionarios, diplomáticos, guerreros. Miradas hacia el otro en las fronteras de pampa y patagonia (siglos XVIII y XIX)*, cit.

¹¹ SARASOLA, Carlos Martínez, *Nuestros paisanos, los indios. Vida, historia y destino de las comunidades indígenas en la Argentina*, cit.

¹² Sobre as relações entre indígenas e *criollos* no Chile: GUTIERREZ, Horacio. Fronteras indígenas e identidades chilenas no século XIX. In: GUTIÉRREZ, Horácio; NAXARA, Márcia R. C. & LOPES, Maria Aparecida S. *Fronteras: paisagens, personagens, identidades*, cit.

¹³ Sobre as relações fronteiriças, MANDRINI, Raúl (ed). *Vivir entre dos mundos: las fronteras del sur de la Argentina – siglos XVIII y XIX*. Buenos Aires: Taurus, 2006.

¹⁴ Os principais tratados de paz são apresentados e analisados em: LEVAGGI, Abelardo. *Paz en la frontera. Historia de las relaciones diplomáticas con las comunidades indígenas en la Argentina (siglos XVI – XIX)*. Buenos Aires: Universidad del Museo Social Argentino, 2001.

¹⁵ As relações entre Rosas e os indígenas são analisadas em: BECHIS, Martha. Las manipulaciones de Rosas en la Araucania in *Primer Encuentro Argentino-Chileno de Estudios Históricos*. Mendoza, 1995.

¹⁶ Sobre o sistema do “trato pacífico” com os *indios amigos*, RATTO, Silvia. ¿Finanzas públicas o negocios privados? El sistema de racionamiento del negocio pacífico de indios en la época de Rosas. In: GOLDMAN, Noemí & SALVATORE, Ricardo (comp.). *Caudillismos rioplatenses: nuevas miradas a un viejo problema*. Buenos Aires: Eudeba, 2005, 2ª ed.

¹⁷ Uma análise dessas relações está em IRIANNI, Marcelino. Los Catriel: una dinastía de medio siglo. In: MANDRINI, Raúl (org), *Vivir entre dos mundos: las fronteras del sur de la Argentina – siglos XVIII y XIX*, cit.

¹⁸ Sobre a seleção e envio de soldados à fronteira indígena: MOREIRA, Luiz Felipe Viel. *Os setores populares frente ao desenvolvimento do capitalismo na província de Córdoba (1861-1914)*. São Paulo, 1999. Tese (Doutorado em História Social) – FFLCH, USP.

¹⁹ Uma análise das conexões políticas, militares e econômicas entre indígenas e *criollos* no sul da América se encontra em JONES, Kristine. *Warfare, Reorganization, and Readaptation at the Margins of Spanish Rule: The Southern Margin (1573-1882)*, cit.

²⁰ A nomenclatura e a hierarquia dentro das confederações indígenas não deixam de ser uma invenção dos *criollos* que, para compreender o inimigo, analisaram-no de acordo com seus próprios referenciais. Para facilitar o diálogo com a documentação – essencialmente de origem *criolla* – mantém-se estas categorias.

²¹ Os fundamentos do surgimento e fortalecimento das confederações indígenas no período são analisados em: BECHIS, Martha. *Fuerzas indígenas en la política criolla del siglo XIX*. In: GOLDMAN, Noemí & SALVATORE, Ricardo (comp.). *Caudillismos rioplatenses: nuevas miradas a un viejo problema*, cit.

²² Para a expansão econômica da pecuária e a força dos pecuaristas: BARSKY, Osvaldo & GELMAN, Jorge. *Historia del Agro Argentino. Desde la Conquista hasta fines del siglo XIX*. Buenos Aires: Mondatori, 2001.

²³ Para detalhes da vida desta figura emblemática do período, sua autobiografia: BAIGORRIA, Manuel. *Memórias*. Buenos Aires: Solar/Hachette, 1975.

²⁴ Archivo General de la Nación (AGN), Sala X, Legajos 18-7-6, 01/09/1853.

²⁵ AGN, Sala X, Legajos 18-7-6, 15/11/1853.

²⁶ AGN, Sala X, Legajos 18-7-6, 02/11/1853.

²⁷ AGN, Sala X, Legajos 18-7-6, 15/12/1853.

²⁸ Archivo Histórico de Córdoba (AHC), Fondo Gobierno, Tomo 232C, 1854.

²⁹ Uma longa série de cartas trocadas na fronteira de Córdoba entre indígenas, clérigos, civis e militares está compilada em TAMAGNINI, Marcela. *Cartas de frontera. Los documentos del conflicto interétnico*. Rio Cuarto: Universidad Nacional de Rio Cuarto, 1995.

³⁰ Um dos estudos pioneiros acerca das relações entre indígenas e *criollos* no século XIX na Argentina: BECHIS, Martha. *Interethnic relations during the period of Nation-State formation in Chile and Argentina: from sovereign to ethnic*. PhD, 1984.

³¹ AHC, Fondo Gobierno, Legajos 241B, 19/06/1854.

³² AHC, Fondo Gobierno, Legajos 239E, 17/03, 26/04 e 14/06/1854.

³³ Alguns pesquisadores, como David Viñas e Martha Bechis, procuraram denunciar as relações assimétricas entre espanhóis e *criollos* e indígenas, marcando os massacres e as traições, mas vitimizaram os indígenas, desconsiderando seus interesses e projetos, tidos apenas como reflexo de manipulações de políticos e militares inescrupulosos.

³⁴ “Tratado de paz firmado con los caciques del Sur”, apud LEVAGGI, A. Paz en la frontera, cit, p. 275.

³⁵ Sobre as estratégias evangelizadoras: NICOLETTI, María Andrea & FLORIA, Pedro Navarro. Building an image of the Indian People from Patagonia during the Eighteenth and Nineteenth Centuries: Science and Christening. In: BRIONES, Claudia & LANATA, José Luis. *Archaeological and anthropological perspectives on the Native Peoples of Pampa, Patagonia, and Tierra del Fuego to the Nineteenth Century*. Westport/Londres: Bergin & Garvey, 2002.

³⁶ AHC, Fondo Gobierno, Legajos 239E, 18/07/1854.

³⁷ AGN, Sala X, Legajos 19-3-3, 25/08/1855.

³⁸ Apud HUX, Meinrado. *Caciques huiliches y salineros*. Buenos Aires: Marymar, 1991, p. 60.

³⁹ Apud HUX, Meinrado. *Caciques huiliches y salineros*, cit., p. 60.

⁴⁰ Memórias do MGyM, 1858 (04/08/1859), no SHE.

⁴¹ Urquiza tornou-se, em 1854, padrinho do primogênito e sucessor de Calfucurá, Manuel Namuncurá.

⁴² Noemi Goldman e Ricardo Salvatore apresentam importantes estudos referentes às figuras dos caudilhos e à importância das relações pessoais na política argentina no século XIX: GOLDMAN, Noemí & SALVATORE, Ricardo (comp.). *Caudillismos rioplatenses: nuevas miradas a un viejo problema*, cit.

⁴³ AGN, Sala X, Legajos 19-5-4, 23/10/1856.

⁴⁴ Segundo Pierre Clastres, “essas duas atitudes distinguem-se quanto à natureza do tratamento reservado à diferença. O espírito, se se pode dizer, genocida quer pura e simplesmente negá-la. Exterminam-se os outros porque eles são absolutamente maus. O etnocida, em contrapartida, admite a relatividade do mal na diferença: os outros são maus, mas pode-se melhorá-los obrigando-os a se transformar até que se tornem, se possível, idênticos ao modelo que lhes é proposto, que lhes é imposto”. CLASTRES, Pierre. Do etnocídio. In: *Arqueologia da violência – pesquisas de antropologia política*. São Paulo: Cosac & Naify, 2004, p. 83.

⁴⁵ AHC, Fondo Gobierno, Legajos 241B, 23/01/1855.

⁴⁶ AHC, Fondo Gobierno, Legajos 232C, 15/03/1855.

⁴⁷ AGN, Sala X, Legajos 19-6-5, 02/04/1857.

⁴⁸ AGN, Sala X, Legajos 19-6-5, 13/10/1857.

⁴⁹ AGN, Sala X, Legajos 20-2-1, 25/09/1859.

⁵⁰ AGN, Sala X, Legajos 20-2-1, 26/09/1859.

⁵¹ Cf. SARASOLA, Carlos Martinez. *Nuestros paisanos, los indios. Vida, historia y destino de las comunidades indígenas en la Argentina*, cit.

⁵² O período posterior às “Campanhas do Deserto” é trabalhado por alguns historiadores argentinos e seus pesquisas mais recentes podem ser encontradas no *CD Etnohistoria*, produzido pela NAYA – Noticias de Antropología y Arqueología em 2003.

⁵³ O cientista e militar Estanislao Zeballos, entusiasta dos projetos de imigração e ocupação dos pampas, realizou uma expedição científica aos territórios recém-conquistados a convite do governo. No livro *La conquista de quince mil léguas – estudio sobre la traslación de la frontera sur de la República al Rio Negro*, publicado em 1878, resultado desta viagem, legitimou o genocídio indígena e a ocupação das terras como estratégias vitais para a Argentina alcançar a modernidade.

Artigo recebido em 03/2009. Aprovado em 08/2009.